

023

18/03/2026



Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CITE** e **CUT**

PROFESSORES DA REDE ESTADUAL **NÃO** **PODEM PARTICIPAR** **DO PROGRAMA** **DE DEMISSÃO** **INCENTIVADA (PDI)**

**Governo do
Estado publicou
Decreto
70.4550/26
instituindo
o PDI**

**APEOESP
ALERTA
SOBRE GOLPE
DO FALSO
ADVOGADO**

**Leia ainda
informações
sobre execução
da ação coletiva
do recálculo da
sexta-parte**

Secretaria de Comunicação

O Diário Oficial do Estado de São Paulo trouxe publicado em sua edição do dia 12 de março de 2026 o Decreto nº 70.450/2026, que institui a 2ª edição do Programa de Demissão Incentivada (PDI) no Estado de São Paulo, em conformidade com os artigos 26 a 35 da Lei 17.238, de 15 de outubro de 2020. O programa estabelece regras para o desligamento voluntário de determinados servidores estaduais mediante pagamento de indenização.

Situação dos professores da rede estadual

A APEOESP esclarece que, em regra, professores da rede estadual de ensino não podem aderir ao PDI instituído pelo Decreto nº 70.450/2026. O programa é destinado a servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que ocupem funções-atividades ou empregos públicos permanentes considerados estáveis.

Os professores vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado (RPPS) **não podem** participar do programa, bem como os professores **categoria O** e **categoria F**.

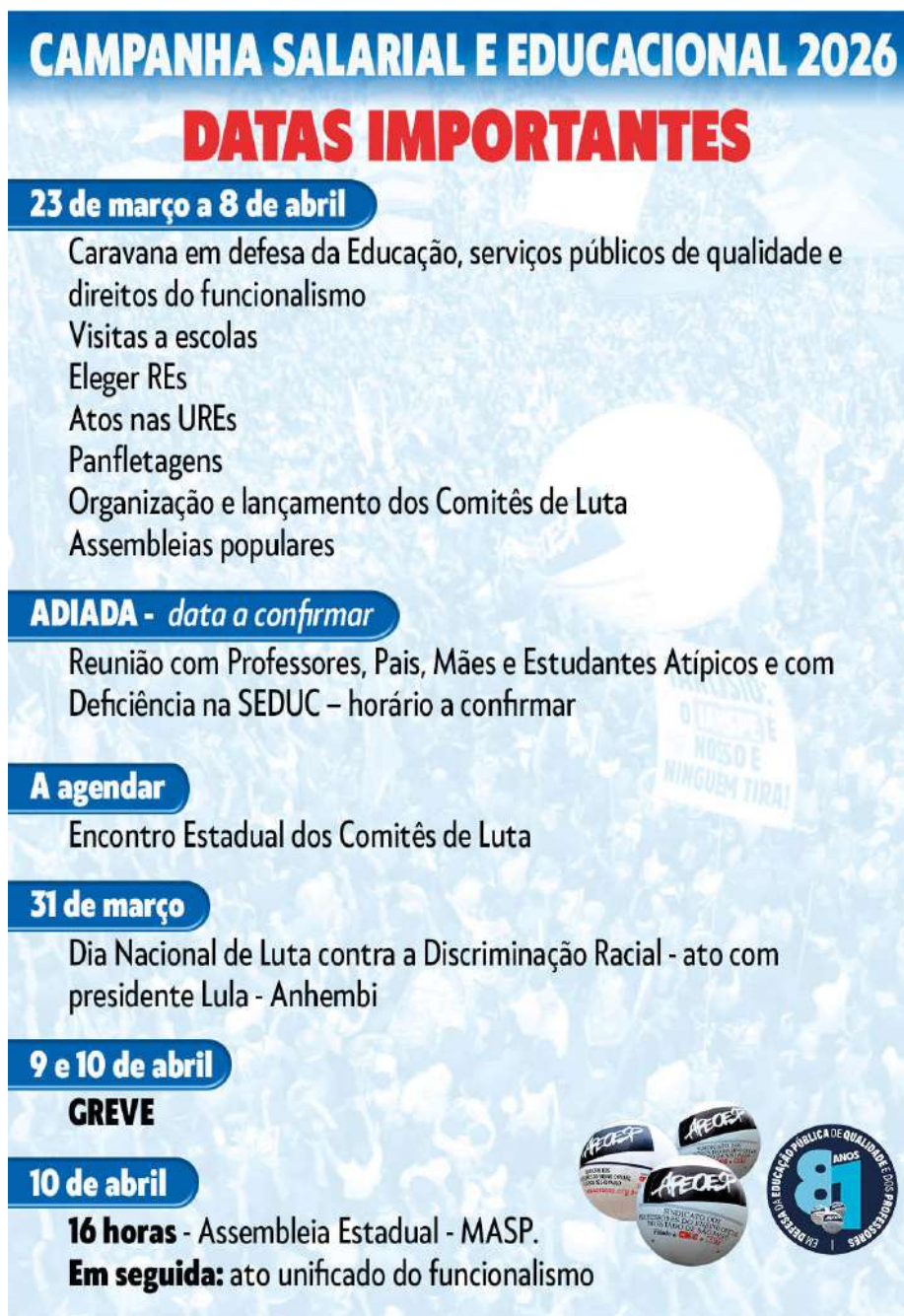
ALERTA SOBRE GOLPE DO FALSO ADVOGADO

Mais uma vez a APEOESP alerta os professores e professoras sobre uma onda generalizada de golpes que vêm sendo aplicadas em docentes que têm ações judiciais em andamento no sindicato. Estes golpes são sofisticados, pois citam processos de fato existentes na APEOESP e nomes de advogados do Departamento Jurídico. Eles têm sempre o mesmo desenho, ou seja, o professor recebe uma mensagem pelo aplicativo Whatsapp, afirmando que o dinheiro relativo a um precatório está depositado e que é necessário que entre em contato com o advogado que cuida do processo, citando seu nome e indicando um número de celular que não pertence ao advogado. Quando o professor liga para o celular indicado, é informado de que é necessário recolher uma guia de

custas de determinado valor, dando-se um número PIX para a transferência deste valor para liberação do suposto crédito.

O Departamento Jurídico da APEOESP informa que não realiza cobranças de quaisquer valores por WhatsApp, e-mail ou telefone.

Se você receber este tipo de mensagem não atenda suas orientações e não faça nenhum pagamento. Na dúvida, fale exclusivamente com o jurídico da APEOESP no telefone 3350-6000 (PABX), ou com a sua sub-sede. Não deixe de registrar Boletim de Ocorrência



CAMPANHA SALARIAL E EDUCACIONAL 2026

DATAS IMPORTANTES

23 de março a 8 de abril

- Caravana em defesa da Educação, serviços públicos de qualidade e direitos do funcionalismo
- Visitas a escolas
- Eleger REs
- Atos nas UREs
- Panfletagens
- Organização e lançamento dos Comitês de Luta
- Assembleias populares

ADIADA - data a confirmar

- Reunião com Professores, Pais, Mães e Estudantes Atípicos e com Deficiência na SEDUC – horário a confirmar

A agendar

- Encontro Estadual dos Comitês de Luta

31 de março

- Dia Nacional de Luta contra a Discriminação Racial - ato com presidente Lula - Anhembi

9 e 10 de abril

GREVE

10 de abril

- 16 horas** - Assembleia Estadual - MASP.
- Em seguida:** ato unificado do funcionalismo